



RIO GRANDE DO NORTE

Mensagem nº 115/2017–GE

Em Natal/RN, 02 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado GUSTAVO CARVALHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
do Rio Grande do Norte, em exercício
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei Complementar que *“Dispõe sobre a transformação da gratificação criada pela Lei nº 6.371, de 23 de janeiro de 1993, em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), e dá outras providências.”*

O Projeto de Lei Complementar objetiva a transformação da gratificação criada pela Lei Estadual nº 6.371, de 23 de janeiro de 1993, em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI). Tal vantagem não poderá sofrer reajustes futuros e será absorvida, total ou parcialmente, pelos acréscimos decorrentes de aumentos remuneratórios no vencimento básico, salário, soldo, subsídio, proventos ou por majoração dos adicionais de tempo de serviço ou progressões funcionais, concedidos de forma judicial ou administrativamente.

Ademais, é importante registrar que a transformação da gratificação em VPNI resguarda a irredutibilidade de vencimentos e se encontra em consonância com o entendimento dos Tribunais Superiores, resguardando o Erário por meio da contenção da elevação de despesa com pessoal do serviço público estadual.

Ciente da relevância da matéria, que certamente será inserida no ordenamento jurídico potiguar, confio na rápida tramitação do incluso Projeto de Lei Complementar, e, ao final, na sua aprovação por essa Casa Legislativa.

Fábio Berckmans Vêras Dantas
Governador em exercício



RIO GRANDE DO NORTE

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Dispõe sobre a transformação da gratificação criada pela Lei nº 6.371, de 23 de janeiro de 1993, em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), e dá outras providências.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR: FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A gratificação criada pelo art. 4º da Lei Estadual nº 6.371, de 23 de janeiro de 1993, e alterações posteriores, extinta pela Lei Complementar Estadual nº 432, de 1º de julho de 2010, que esteja sendo paga por decisão judicial ou concessão administrativa a qualquer servidor público da Administração Estadual, Direta ou Indireta, estatutário ou celetista, ativo ou inativo, fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).

Art. 2º A VPNI será absorvida, total ou parcialmente, pelos acréscimos decorrentes de aumentos remuneratórios no vencimento básico, salário, soldo, subsídio, proventos ou por majoração dos adicionais de tempo de serviço ou progressões funcionais, concedidos de forma judicial ou administrativa, a partir da publicação desta Lei Complementar.

§ 1º A absorção de que trata o **caput** observará a irredutibilidade da remuneração do servidor.

§ 2º É vedado qualquer reajuste ou revisão pecuniária da VPNI.

Art. 3º O disposto nos arts. 1º e 2º se aplica às implantações posteriores à entrada em vigor desta Lei Complementar, decorrentes de decisão judicial.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor em data da sua publicação.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, de de 2017,
196º da Independência e 129º da República.